

CONCEITO DE FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS ANOS 2006-2010

THE CONCEPT OF CONTEMPORARY FAMILY: A BIBLIOGRAPHY REVIEW FROM 2006 TO 2010

RESUMO: O objetivo da pesquisa foi caracterizar as estruturas familiares na atualidade, por meio de uma revisão bibliográfica das publicações sobre família nos anos de 2006 a 2010. Analisou-se 61 artigos, buscando identificar qual a configuração de família evidente em cada um destes e qual a conotação de família que se mostrava subjacente. Os resultados permitiram a criação das seguintes categorias de sentido: família nuclear, monoparental, extensa, patriarcal, plural, com pais homossexuais, adotivas e famílias que optam por não terem filhos. Identifica-se a prevalência do modelo burguês de família nuclear como a ideal; um ranço do movimento higienista no Brasil que defende a família nuclear como sinônimo de bem estar para seus membros. Os resultados, contudo mostram que a família nuclear não é necessariamente satisfatória.

PALAVRAS-CHAVE: configuração familiar, contemporaneidade, família nuclear, transformações sociais.

ABSTRACT: The aim of this research was to review the academic literature from 2006 to 2010 in order to describe family structures in contemporary times. Sixty-one articles were analyzed in order to identify both the evident configuration of family portrayed and the subjacent meaning of it. Results were organized in the following categories of meanings: nuclear family, single-parent family, extended family, patriarchal family, plural family, homosexual-parents family, adoptive family and families that choose not to have children. It was identified the prevalence of the bourgeois nuclear family model as an ideal; which indicates the influence of hygienist movement in Brazil and its advocacy of nuclear family as a standard of well being. However, results show that nuclear family is not always satisfactory.

KEYWORDS: family configuration, contemporary times, nuclear family, social transformations

RAIANE STRAIOTTO PIATO

Universidade Estadual de Maringá

ROZILDA DAS NEVES ALVES

Universidade Estadual de Maringá

SHEILA REGINA CAMARGO DE MARTINS

Universidade Estadual de Maringá

A estrutura e a dinâmica de relacionamento familiar têm sofrido alterações ao longo da história (Crepaldi Andreani, Hammes, Ristof, & Abreu, 2006; Ponciano, 2003). Isso significa que a configuração familiar e suas funções são tecidas em contextos históricos e sociais distintos. Para compreender as características da família ao longo do tempo, convém fazer uma breve descrição de algumas mudanças que já ocorreram na estrutura da família ocidental ao longo da história.

Até os séculos XVI – XVII, a estrutura familiar e a estrutura social se misturavam, quase não existindo uma delimitação de início e término de cada uma delas, isso porque as famílias eram extensas, pais e filhos conviviam com parentes próximos e parentes distantes, e apenas a linhagem era vista como limite familiar (Ariès, 1975; Poster, 1979; Ponciano, 2003). A relação entre eles era norteada por uma hierarquia, já pré-estabelecida, em que o pai (mais velho) ocupava a posição mais alta e os demais papéis eram distribuídos de modo que permitisse a realização do trabalho que aquela família exerceria para sobrevivência. Essa forma de organização familiar é descrita por Ariès (1975) como aquela em que prevaleciam além dos laços de sangue, os valores da honra e da solidariedade.

Recebido em: 15/08/2013
Aprovado em: 07/10/2013

Os sentimentos de respeito, ódio e temor eram os que permeavam a relação pai e filho, este último sentia o poder paterno de forma dolorosa, afinal seriam os filhos que, posteriormente, assumiriam o lugar de seu pai (Ponciano, 2003). O legado familiar era perpetuado por meio de suas posses e bens, todo esforço familiar girava em torno de manter dotes e aumentar riquezas que seriam entregues como herança ao filho primogênito ou ao filho que demonstrasse melhores condições de manter ou aumentar essa riqueza (Ariès, 1975).

Porém, a partir do século XVI e, especialmente do XVIII até início do século XIX, as características sociais se alteraram. Inicialmente sob a influência de religiosos, da emergência do sentimento de infância e de família, assim como da valorização da escolarização e, depois, com o advento da Revolução Industrial. Nesse período, a produção de bens deixa de ser feita nos centros urbanos, prioritariamente, pelos artesãos e passa a ser produzida nas fábricas por intermédio de máquinas, o que aumentou a velocidade de produção (produção em massa). A mudança na produção social de bens acarretou a necessidade de mão-de-obra nas cidades, conduzindo ao êxodo rural. As famílias começaram a se concentrar nas cidades para trabalharem nas fábricas, o que colaborou para que a família se dissociasse em arranjos menores compostos, em geral, pelos membros mais próximos como pais e filhos. Essa estruturação ficou conhecida por família nuclear (Ponciano, 2003).

A nova estruturação familiar deixou de ser formada principalmente por conveniência financeira (manutenção de bens e preservação de dotes) e se caracterizou por entrelaçamentos de sentimentos de amor e cumplicidade, não só para com seus conjugues, mas

também com suas crianças, o que evidencia a origem do sentimento de infância nas famílias e consequentemente na sociedade. A mãe passa a buscar em primeiro lugar o bem-estar de seu filho, sentindo-se emocionalmente muito mais ligada a ele. Isso é um dos elementos que explica a origem da privacidade familiar (Ponciano, 2003). A família nuclear se tornou a célula base da sociedade e ficou responsabilizada por educar seus filhos e ensiná-los sobre a cultura, o que mostra a conquista da criança por seu lugar dentro da família (Ariès, 1975). Por outro lado, a mulher, naturalizada mãe, perde sua multiplicidade de lugares, reforçando a opressão a partir do controle de seu papel materno. Dentro da dinâmica nuclear, ao pai recai o papel de proteção física e moral, além do papel de provedor da família; à mãe, os cuidados básicos para com o filho e acalento de seu marido (Poster, 1979; Ponciano, 2003).

Fatores sociais e históricos, principalmente a segunda guerra mundial, a possibilidade de contracepção introduzida pela pílula anticoncepcional vão conduzindo à construção de novas formas de organização familiar com mudanças nos papéis e funções de seus membros (Walsh, 2005). Houve um crescente questionamento sobre os valores e práticas tradicionais em muitos aspectos da vida social: sexualidade, família, direitos individuais e dos integrantes das classes populares. O movimento feminista que surgiu nos anos 1960 nos Estados Unidos marcou o início das revisões sobre o papel da mulher na sociedade e nas relações de forma geral (Gonçalves, 2007; Narvaz & Koller, 2007; Guedes, 1995)

Tais movimentos ensejaram revisões, por exemplo, sobre o mito do amor materno, preconceitos raciais e sobre a própria família enquanto insti-

tuição capaz de prover o acolhimento e promover o esperado desenvolvimento da autonomia dos indivíduos.

Na contemporaneidade, com a influência das novas tecnologias sobre a sociedade, especialmente relacionadas às formas de reprodução assistida e as influências sociais do mundo globalizado, ocorreram profundas transformações culturais, como a diminuição das diferenças e aumento da velocidade de trocas de informações com reflexos em todas as relações sociais. Com a família, parece não ser diferente, ela vai se formando de maneira mais ampla com novos modelos e diferentes formas de ligações entre os membros, coerentemente com os ideais valorizados por movimentos sociais em distintas épocas da história (Walsh, 2005; Rios & Gomes, 2009a, 2009b; Fonseca, Lacerda, & Maftum, 2006).

Para se compreender a conceituação de família e os significados que lhe são atribuídos diante dos novos padrões contemporâneos nos textos científicos especialmente do campo da psicologia, a presente pesquisa buscou caracterizar como as estruturações familiares vigentes na contemporaneidade são descritas, por meio de uma revisão bibliográfica das publicações da área da psicologia, ou relacionadas a tal campo do saber, sobre a família no período de 2006 a 2010, no Brasil.

MÉTODO

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da busca de artigos na Coleção SciELO e LILACS, usando os descritores: família, psicologia e Brasil, encontrando um total de 227 artigos. Dos artigos encontrados foram selecionados os referentes aos anos de 2006 a 2010, obtendo um total de 117 artigos de diversas áreas do conheci-

mento, mas que tivessem interface com a psicologia. Foi feita a leitura dos resumos dessa primeira amostra de artigos, com a finalidade de identificar aqueles que contemplassem a constituição familiar que era considerada em seu estudo. Após essa etapa, obteve-se uma amostra de 61 artigos.

Foi realizada uma leitura aprofundada dessa amostra e destacada a configuração familiar evidente em cada um destes artigos, mesmo que o objetivo do estudo não fosse a configuração da família em questão. Procurou-se também identificar, no contexto do artigo, se era possível compreender qual a conotação de família que se mostrava subjacente para os autores.

Os resultados permitiram a criação de categorias de sentido que foram discutidas como segue na seção seguinte.

RESULTADOS

Os 61 artigos que possibilitam a identificação da configuração familiar estão organizados na Tabela 1 de acordo com as categorias de sentido.

Alguns artigos trouxeram mais de uma configuração familiar em seus estudos, portanto estão computados mais de uma vez. Conforme a Tabela 1, no ano de 2006 foram analisados sete (7) artigos, sendo que três apresentam a família monoparental, dois, a família extensa, um, a família patriarcal, um, a família plural, e dois, a família com pais homossexuais. No ano de 2007, foram analisados quinze (15) artigos, sendo que nove apresentam a família nuclear consanguínea; quatro, a família monoparental; um, a família plural e um, a família adotiva. No ano de 2008, foram analisados doze (12) artigos, sendo que nove apresentam a configuração de família

Tabela 1.
Categorias das configurações familiares distribuídas pelos anos de publicação

Família/Ano	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Nuclear consanguínea	0	9	9	11	14	43
Monoparental	3	4	1	4	2	14
Extensa	2	0	1	0	0	3
Patriarcal	1	0	0	3	0	4
Plural	1	1	1	0	5	8
Adotiva	0	1	1	1	1	4
Pais homossexuais	2	0	0	0	0	2
Opta por não ter filhos	0	0	0	2	0	2

nuclear consanguínea; um, a família monoparental; um, a configuração de família extensa; um, a família plural (coabitada/disfuncional) e um, a família adotiva. No ano de 2009 foram analisados quinze (15) artigos sendo que onze apresentam a configuração de família nuclear consanguínea; quatro, a família monoparental; três, a configuração de família patriarcal; um, a família adotiva e um, a família que opta por não ter filho. Por último, no ano de 2010, foram analisados doze (12) artigos sendo que quatorze apresentam a configuração de família nuclear consanguínea; dois, a família monoparental; cinco, a família plural (coabitada/disfuncional) e um a família adotiva.

DISCUSSÃO

De maneira geral, foi possível constatar o crescente número de artigos publicados acerca da família, independente do tema discutido no artigo a família era a fonte de pesquisa desses autores. De 2006 para 2010, as publicações de família cresceram em média 85,7%, esse fenômeno pode ser entendido como uma crescente preocupação com o sistema familiar por parte dos pesquisadores, especialmente da psicologia (40 artigos). Suas preocupa-

ções sobre o futuro da entidade familiar pode ser entendida como busca por preparo profissional para lidar com as inúmeras configurações e dinâmicas familiares que lhe aparecem nos campos de trabalho.

Para melhor organização do trabalho, foram construídas 8 categorias de análise: Família Nuclear Consanguínea, Família Monoparental, Família Extensa, Família Adotiva, Família com pais Homossexuais, Família Plural, Família Patriarcal e Família que opta por não ter filhos.

Família Nuclear Consanguínea: O modelo de família nuclear estava presente em 43 artigos, destes, 19 apresentam a configuração de família nuclear, mas não trazem qual a conotação desta família para o autor (Silva, Macedo, Dernt & Bergami, 2007; Garbin, Garbin, Arcieri & Lima, 2007; Monteiro, Costa, Nascimento & Aguiar, 2007; Schneider & Ramires, 2007; Barbosa, Costa & Vieira, 2008; Finkel & Espíndola, 2008; Carvalho & Galvão, 2008; Paiva & Ronzani, 2009; Veras & Moreira, 2009; Almeida, Costa & Gomes, 2009; Valentini & Alchieri, 2009; Castro, 2010; Silva & Fleith, 2010; Pocinho Correia, Carvalho & Silva, 2010; Costa, Lima & Pinheiro, 2010; Pereira & Fernandes, 2010; Anton & Piccinini, 2010; Folly & Rodrigues, 2010; Silva, 2010). Pode-se supor que tais autores

adotam esta configuração familiar em seus estudos.

Em geral, a família nuclear é baseada no tradicionalismo social de família ideal burguesa, que ainda se sustenta após uma longa transformação histórica. Para este ideário a família é um local de privacidade e âmbito de acolhimento, onde os pais cuidam de seus filhos e lhe dão o ensinamento moral, sendo sua relação pautada em um sentimento de amor, compromisso, cuidado e cumplicidade, como se passou a defender depois do aparecimento do sentimento de infância e de família (Ariès, 1975).

Além disso, o estabelecimento de papéis é bem delimitado, pois ao pai recai o papel de provedor econômico e defensor físico de seus filhos e à mãe, o papel de educadora moral, provedora e cuidadora doméstica (Júnior & Andrade, 2007; Böing, Crepaldi & Moré, 2008; Neuber, Valle & Palamin, 2008; Jorge, Ramirez, Lopes, Queiroz & Bastos, 2008; Barboza, Chic, Martines & Nascimento, 2009; Muniz & Eisenstein, 2009; Grubits, Freire & Noriega, 2009). Esse ideário chegou ao Brasil junto com a família real, com ela iniciaram-se movimentos visando à adequação dos costumes locais aos vigentes na Europa que tinham como objetivo a higienização e educação das crianças segundo os preceitos considerados científicos. A fase infantil era vista como fase privilegiada para a possibilidade de imprimir a educação desejada, tendo as mães dessas famílias como fonte de educação para esse fim. Esse modo de controle social usou da sistematização dos conhecimentos tradicionais em conhecimentos científicos (Santo, Vilela, & Ferreri, 2006).

Como afirma Walsh (2005) a família contemporânea apresenta “estruturas familiares múltiplas” (p. 27) que

continuam se modificando. Contempla, portanto, o modelo do ideário burguês de família, mas não como único possível (Diniz, Santos & Lopes, 2007; Dufour, 2007; Gabardo, Junges & Selli, 2009; Andrade & Romagnoli, 2010). Surpreendentemente ainda se faz presente como ideal e desejado, haja vista o não questionamento deste modelo por 19 dos textos aqui estudados. Assim como ilustram Martins, Silva, Zahr, Arone e Roque (2007), em sua pesquisa sobre qual o ideal e o real de família para alguns pais e filhos envolvidos na violência doméstica. No artigo se observou que o ideal de família, para os pais participantes, está no vínculo consanguíneo que deveria unir a família – composta por pais e filhos.

Outros autores argumentam contrariamente a este ideário burguês que a família está em movimento e que constantes transformações vêm acontecendo em seus arranjos e até mesmo em sua dinâmica de relacionamento. Transformações estas que acompanham o movimento histórico desde o século XIX, tais como: envolvimento parental com o cuidado do bebê, desvinculação da mulher com a imagem de mãe (resultado da revolução de gênero), transformação na relação pais e filhos (liberdade de expressão), separação conjugal (liberdade de escolha), inter-relação entre o subsistema conjugal, mudança no papel social da mulher (inserção no mercado de trabalho, luta pela igualdade de gêneros), industrialização e urbanização crescente (Santos, Brochado, & Moscheta, 2007; Böing *et al.*, 2008; Barboza *et al.*, 2009; Rios & Gomes, 2009; Gabardo *et al.*, 2009; Falcke & Zordan, 2010; Nascimento & Trindade, 2010).

Concomitantemente, percebe-se a origem da maior participação do pai na relação com seus filhos, incluindo

os cuidados diários. A explicação para a mudança dessa dinâmica familiar está no fato de que hoje os pais escolhem por serem pais, afinal contam com as ajudas contraceptivas, além de dividirem com a mulher o mercado de trabalho, o que gerou a necessidade de participação do mesmo no cuidado de seu filho (Beltrame & Bottoli, 2010; Dessen, 2010). Além disso, a possibilidade de legitimidade da paternidade pelos exames de DNA, o asseguramento dos direitos de todos os filhos (tidos em uniões legais ou não) são fatores que, ao lado de outras mudanças jurídicas sobre a instituição família, como o reconhecimento dos direitos e deveres de ambos os pais na educação dos filhos contribuem para mudanças significativas nesse processo (Cezar-Ferreira, 2004).

Vinte e quatro dos artigos selecionados reconhecem que a configuração de família nuclear não deve ser idealizada, pois as condições sociais em que esta se sustenta pode gerar uma relação disfuncional entre seus membros como, por exemplo, as famílias estudadas por Granjeiro e Costa (2008) e Cantelmo, Matta, Costa e Paiva (2010), em que o pai abusa sexualmente de sua filha enquanto faz os cuidados básicos desta. Isso mostra uma divergência no que diz respeito aos sentimentos, que se espera permear a família nuclear, segundo os preceitos burgueses. Pode-se pensar que há nesse âmbito familiar, o sentimento de medo e culpa, além de uma necessidade econômica na base da vulnerabilidade para a ocorrência de situação de violência sexual infantil. O descompasso no funcionamento de tais famílias supera a simples constatação da configuração familiar, uma vez que são inúmeros os motivos que contribuem para a manutenção de uma família nessas circunstâncias, tais como: as dificuldades das

mulheres de não se desfazer de seus maridos e suportarem situações conflituosas, como essas, por medo de enfrentar o preconceito social e as dificuldades acerca de sua condição de mãe chefe de família.

Até mesmo a naturalização da maternidade e da identidade feminina pode ser prejudicial para a criança, como analisam Barbosa e Pegoraro (2008) em seu estudo no qual as mães carregam o fardo de integral responsabilidade para com o cuidado de seus filhos, além da necessidade de trabalhar fora de casa, situação que as deixaram sobrecarregadas e, por isso, volúveis a cometer atos de violência contra estes.

Este modelo, portanto, que é prevalente no imaginário social não pode definir, por si só, a saúde do funcionamento da família.

Família monoparental: O modelo de família monoparental foi evidenciado em 14 artigos. Este modelo passou a ser reconhecido pela justiça brasileira pelo artigo 226, parágrafo 4º. O reconhecimento constitucional foi efetuado por conta da grande emergência dessa configuração na sociedade, seguida pela luta de pessoas por reprodução *in vitro*. Algumas leis que possibilitaram esse reconhecimento foram: a Lei nº. 4.121, (emancipando a mulher casada) em 1922 e a Lei nº. 6.515 que regulamenta o divórcio em 1977 (Ferro & Maluschke, 2007).

Pela análise desses artigos podem-se identificar as principais motivações histórico-sociais que levam ao monoparentalismo: a liberdade de escolha afetiva, capitalismo e feminismo crescente. Os meios para a constituição do monoparentalismo são em primeiro, segundo e terceiro lugares respectivamente: o divórcio, viuvez e gravidez precoce. A revolução de gênero caminhou paralela ao capitalis-

mo crescente e trouxe com ela a luta das mulheres caracterizada pelo feminismo. Essa luta, entre outras coisas, reivindicou a liberdade e igualdade da mulher junto à sociedade, assim, a liberdade de escolha conjugal foi uma consequência que se evidencia na configuração familiar (Walsh, 2005).

A maioria das famílias monoparentais são famílias chefiadas por mulheres, isso acontece quando a mãe é a provedora econômica da família, não coabitando com os pais de seus filhos por motivos diversos (falecimento, divórcio ou separação). As pesquisas apontam que as mulheres vivenciam o papel de mãe de forma naturalizada, por isso não relatam maiores dificuldades em desenvolver a educação de seus filhos sozinha, porém o papel de provedora econômica é, muitas vezes, carregado de dificuldade, pois na sociedade ainda se tem grande ranço do papel de provedor econômico o pai (Andreani, Custódio & Crepaldi, 2006; Nascimento, Coelho, Jesus & Martins, 2006; Perucchi & Beirão, 2007; Birman, 2009; Barros, Lima, Frej & Melo, 2009; Pegoraro, 2009; Gabardo et al, 2009; Shine & Souza, 2010; Roja, 2010).

A gravidez precoce também é um fator que colabora para a formação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, e, nessa situação, muitas adolescentes tendem a criar seu filho no âmbito da família de origem, muitas vezes, por não terem mais ligações afetivas com o pai dele e também não terem condições financeiras (Dias & Aquino, 2006; Monteiro *et al.*, 2007).

Outro fator que contribui para essa configuração familiar é o fato de que mulheres portadoras do vírus HIV são abandonadas pelos homens/maridos/companheiros, pois o preconceito de sua doença leva muitos deles a não suportarem a situação de se relacionar

com uma mulher portadora de HIV. (Carvalho & Galvão, 2008). Assim, mesmo após tantos movimentos sociais, a sociedade ainda carrega o poder de julgamento que se apodera das vidas das pessoas, principalmente mulheres, em especial portadoras de HIV, que são, muitas vezes, fadadas ao fracasso social e ao julgamento moral. Não podemos ignorar que há outros casos em que os maridos/companheiros morrem, o que também contribui na conformação deste modelo de família.

Alguns autores (Costa, Penso, Rufini, Mendes, & Borba 2007, Cezar-Ferreira, 2004) veem o divórcio como parte de um ciclo de vida, e por isso carregado de possibilidades de mudanças e crescimentos para a família que o configura. Esta é uma visão contemporânea do monoparentalismo que começa a se fazer evidente nos últimos anos. Possivelmente é por meio desta ideia que a intervenção psicológica pode agir junto a situações de divórcio; contribuindo assim para reduzir o número e os efeitos destrutivos deste, que prolongam a união fragilizada do casal por conta de disputas intermináveis.

A família monoparental é, portanto, retratada nos artigos estudados como predominantemente formada pela mãe-mulher, enfatizando a sobrecarga de tarefas e as dificuldades, inclusive financeiras para o sustento da prole. Considerando que as pessoas, inclusive os homens, podem optar pela criação dos filhos sozinhas, talvez fosse interessante a realização de estudos sobre famílias monoparentais de ambos os sexos.

Família Extensa: Esta categoria de família esteve presente em 3 artigos. Evidenciou-se que as famílias de baixa renda apresentam uma constituição com o número maior de membros en-

treçados por ligação relacional mais íntima. Fator explicado por suas condições econômicas desfavoráveis que demandam apoio da rede familiar extensa; por vezes, as famílias extensas se veem impossibilitadas de manter financeiramente seus membros e buscam ajuda na rede de apoio da família de origem, não só por conta de suas necessidades econômicas como também por suas necessidades emocionais. Assim, a própria delimitação familiar e o pertencimento de seus membros são influenciados pelas condições estruturais e econômicas em que vivem. Essa conotação de família extensa é vista pelos autores como emergente na atualidade. Justificam que se constitui por mudanças dentro da família de origem, como o nascimento de netos, por gravidez precoce, ou a vinda de parentes distantes que se agregam como membros originários da mesma, e citam como exemplo as famílias compostas por avós, pais, netos e tios, constituições familiares mais vistas nas camadas sociais desfavorecidas (Habigzang, Azevedo, Koller & Machado, 2006; Dias & Aquino, 2006; Böing et al, 2008).

Tal configuração familiar é identificada também como comum nas camadas populares por vários autores. Para eles, contudo, tal modelo co-existe com outros ao longo da história e se destina ao apoio mútuo em um contexto socioeconômico hostil. (Minuchin, Colapinto & Minuchin, 1999; Hines, 1995; Fonseca, 2005; Walsh, 2005)

Família Patriarcal: O modelo de família patriarcal foi observado em 3 artigos. O artigo de Santo et al. (2006) traz referência à família patriarcal com uma breve retrospectiva histórica sobre esta família presente no século XVIII. Argumentam que, por volta dos séculos XVIII e XIX, os filhos menores de sete anos não eram conside-

rados membros da família, mas sim objetos de seus pais, logo a família era considerada como formada por pais (mãe e pai) e possíveis pessoas com enlace consanguíneo que moravam juntos, como avós e tios. Neste período, não havia necessidade do reconhecimento de um vínculo emocional entre os membros da família que pudesse uni-los intimamente. A família era local de transmissão de saber tradicional e de perpetuação dos bens familiares, sendo o homem mais velho o patriarca da família e portador do maior saber e poder dentro desta (Grubits *et al.*, 2009). No século XIX, o filho passa a ocupar o lugar central na família brasileira, porém não segundo seus interesses pessoais de necessidade afetivas e emocionais, mas segundo os interesses de sua posição social, como aponta Perroti (*apud* Oliveira, 2009).

Os estudos reunidos na presente categoria discutem a família patriarcal tradicional, na qual a ênfase recaía sobre a questão de transmissão do nome e dos bens (família-linhagem) em detrimento das relações afetivas e da distribuição do poder em seu seio. O papel de poder ilimitado do homem (patriarca) foi muito questionado pelo movimento feminista, mas ainda permanece em muitos sentidos, como na iniquidade dos ganhos salariais entre homens e mulheres em favor daqueles e isso tende a se refletir na maior dificuldade de muitas mulheres sustentarem seu lar.

Família Plural: A categoria família plural foi descrita em 8 artigos e pode ser entendida, segundo alguns autores, como todas as configurações familiares evidentes na contemporaneidade que vão além da família nuclear burguesa (Nascimento & Trindade, 2010; Ferrari, 2010). Há famílias plurais também chamadas abrangentes

ou coabitadas, em que residem os membros da família nuclear e os avós, tios, netos de gravidez precoce, ou, ainda, netos que vão morar com seus avós por necessidades sociais (mães encarceradas, mãe que saem para trabalhar). Ou até mesmo em situações contrárias, em que, muitas vezes, a coabitação de avós junto às famílias nucleares se dá, por adoecimento destes, ocasionando a troca de papéis com seus filhos. O cuidado do idoso dependente sempre coube à família brasileira, porém, a participação das mulheres no mercado de trabalho gera uma maior sobrecarga às filhas (Brito & Rabinovich, 2010; Borge, Breta, Azevedo & Barbosa, 2008; Ferrari, 2010).

Ao se discutir a ideia de família plural, os autores descrevem como característica desta relação familiar a possibilidade de escolha afetiva de seus membros, ou seja, o indivíduo seleciona os membros constituintes da família segundo seus enlaces socioafetivos (Habigzang *et al.*, 2006; Müller, Beiras & Cruz, 2007; Ferrari, 2010).

Pode-se dizer que nesta categoria de análise encontram-se os modelos familiares atuais e plurais, isto é, que não seguem um modelo idealizado e que, conforme discute Szymanski (2001), correspondem aos modelos de família que sempre existiram no Brasil, especialmente nas camadas populares e se caracterizam pelas soluções reais de configuração de muitas famílias.

Família Adotiva: A família adotiva foi abordada em 4 artigos. Existem algumas formas de adoção possíveis à constituição brasileira tais como adoção unilateral, na qual apenas um dos cônjuges realiza a adoção do filho do outro, adoção conjunta, na qual o casal realiza a adoção da criança e adoção singular, na qual uma pessoa adota a criança sendo ela solteira, divorciada

ou viúva. Segundo dados históricos, a adoção recebeu diferentes significados em seu percurso: na idade antiga, sua valoração estava relacionada à perpetuação do nome de família; na Idade Média, não era bem vista, por conta da influência da igreja, já que aumentaria o reconhecimento de filhos bastardos e, na idade moderna, com Código Civil, há o reconhecimento legal do filho adotivo (Pinto & Picon, 2009).

Como na idade antiga a adoção acontecia com o intuito de obtenção de maior número de mão de obra ao trabalho familiar, a adoção sofre o preconceito da falta de legitimação afetiva dos filhos adotivos (Maux & Dutra, 2010). Porém, atualmente, a adoção é pautada no desejo de se tornar mãe e pai e na conquista da reciprocidade do amor da criança. “A diferença não impede o acolhimento, assim como a semelhança não garante a verdadeira aceitação, portanto os laços da adoção se fazem pela disponibilidade amorosa e pela conquista recíproca do amor entre a criança e a família” (Costa & Ferreira, 2007, p. 8). Sobre as causas das adoções, encontra-se que 71% adotam por não terem condições biológicas de conceber um filho; em caso de adoções unilaterais, 100% adotam por afinidade com a criança; 38% por quererem garantir os benefícios da criança e 46% por estarem casado(a) com o pai/mãe da criança (Mariano & Ferreira, 2008).

Igualados na lei aos filhos naturais, os mitos, segredos e preconceitos a respeito da adoção parecem refletir concepções históricas e requerem maior empenho de discussão científica e social.

Família de Pais Homossexuais: Este modelo de família foi observado em 2 artigos. A liberdade de escolha de parceiros permitiu que casais homossexuais desejassem a formação de fa-

mílias com filhos, porém, a justiça brasileira, até o período estudado entendia a família como união estável ou matrimônio entre duas pessoas de sexos diferentes, o que impossibilitava a adoção de uma criança pelo casal homossexual. Assim era possível apenas que casais homossexuais fizessem a adoção usando o nome de apenas um dos cônjuges do casal, ou seja, até então ao olhar da justiça, homossexuais não tinham respaldo legal para a constituição de uma família com filhos (Futino & Martins, 2006; Nascimento *et al.*, 2006).

Tal situação também refletia um processo de preconceito social e apresentava consequências emocionais e de segurança inclusive financeira importantes para todos os integrantes dessa configuração familiar. Recentemente a situação se modificou, o que tende a colaborar para o aumento dos níveis de bem-estar de seus membros.

Família que opta por não ter filhos: Esta categoria de família esteve presente em 2 artigos que argumentam sobre as condições sociais da contemporaneidade. Entre estas, a exigência de sucesso profissional e o apoio dos avanços da medicina com métodos contraceptivos levaram ao aumento do número de famílias que optam por não terem filhos. Esses fatores evidenciam a superação da maternidade como natureza feminina, deixando de ser destino e passando a ser opção. Segundo Rios e Gomes (2009a, 2009b), o sentimento de amor pelo filho é construído historicamente e socialmente e por isso ele pode não existir. Casais que optam por não terem filhos se caracterizam, predominantemente, por um desejo maior de dedicação ao sucesso profissional, além de considerarem maior flexibilidade e liberdade de renda para investimentos pessoais. Essa configuração não é patológica, uma

vez que as decisões tomadas pelo casal são legitimadas por ele, como apontam Rios e Gomes (2009a, 2009b).

Essa é uma tendência que acompanha igual direção internacional, demandando discussões a respeito da redução das taxas de nascimento e aumento do envelhecimento da população nacional. Como discutem os artigos, para aqueles que optam por não serem pais, esta parece ser, cada vez mais, uma possibilidade menos carregada de pressões sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu obter um panorama de como a área da Psicologia, em especial, tem visto a família na sociedade e como isso ajudou a organizar e sistematizar os diversos sentidos utilizados para designar as diversas configurações familiares que são apresentadas na atividade profissional. A princípio pode-se notar a crescente preocupação dos profissionais da psicologia em estudar e abordar melhor a família. Entendeu-se que esta atitude se deu pela necessidade de acompanhar a diversidade cultural e estrutural sofrida pela família na atualidade.

Entretanto, o número de estudos direcionados à família nuclear ainda supera fortemente os estudos sobre as outras configurações familiares, evidenciando a permanência do ideário de família nuclear burguesa que se disseminou enfaticamente no Brasil com o movimento higienista, e, por isso, a legitimidade da família, tanto para o senso comum como para alguns componentes da sociedade acadêmica, ainda está muito marcada como família nuclear.

Discussão que já foi realizada por Severo, Dimenstein, Brito, Cabral e Alverga (2007) em relação à área da

saúde mental, pela antropóloga Fonseca (2005) em relação ao trabalho dos profissionais de saúde, Cruz e Guareschi (2004) na psicologia jurídica e por Szymanski (2001) na relação da família com a escola. Da mesma forma que discutem tais autores, os achados do presente estudo indicam que, para uma parcela significativa da amostra, a ideia de família nuclear é sinônimo de saúde e bem-estar para seus membros. Contudo, verificou-se também que não necessariamente a organização de família nuclear é de toda satisfatória, uma vez que se mostraram casos de famílias que mantêm a estrutura nuclear por questões sociais e vivem situações à margem da patologia por razões de conflitos entre os membros. Assim, pretendeu-se dissociar o ideário de família nuclear, do ideário de saúde e bem-estar de seus membros, pois a família que proporciona bem-estar, saúde emocional, segurança física e psicológica foi vista em quase todas as formas de configuração familiar emergentes na atualidade, desde que a relação pessoal entre seus membros permitisse a disseminação do respeito e companheirismo recíproco.

Percebeu-se também que os fatores sociais foram os grandes responsáveis pelas transformações na estrutura familiar. Modificações como envolvimento parental com o cuidado do bebê, desvinculação da mulher com a imagem de mãe, liberdade de expressão, independência financeira da mulher e luta pela igualdade de gêneros, estão em curso.

Com a diversidade de configurações familiares emergentes observou-se a impossibilidade de se elaborar um conceito único e fechado para o significado de família. Mas, com o estudo, viu-se que a família deve ter alguns critérios, tais como: proporcionar segurança física e psicológica a

seus membros, cumplicidade, intimidade e reciprocidade. Esses critérios, aparentemente amplos demais, são os mais necessários para um relacionamento familiar que seja construtivo para todos os seus integrantes.

REFERÊNCIAS

- Almeida, C. C., Costa, G. O., & Gomes, K. V.** (2009). Segredos e conflitos familiares: um estudo de caso. *Revista do Nesme*, 6(1), 88-99.
- Andrade, L. F., & Romagnoli, R. C.** (2010). O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(3), 604-619. doi: 10.1590/S1414-98932010000300012.
- Andreani, G., Custódio, Z. A. O., & Crepaldi, M. A.** (2006). Tecendo as redes de apoio na prematuridade. *Aletheia*, (24), 115-126.
- Anton, M. C., & Piccinini, C. A.** (2010). O impacto do transplante hepático infantil na dinâmica familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 187-197. doi: 10.1590/S0102-79722010000200001.
- Ariès, P.** (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.
- Barbosa, S. M., Costa, P. N. T., & Vieira, N. F. C.** (2008). Estágios de mudança dos pais nas conversas com os filhos sobre prevenção Hiv/Aids. *Revista latino-americana Enfermagem*, 16(6), 81-87. doi: 10.1590/S0104-11692008000600013.
- Barbosa, P. Z., & Pegoraro, R. F.** (2008). Violência doméstica e Psicologia Hospitalar: possibilidades de atuação diante da mãe que agride. *Saúde Sociedade*, 17(3), 77-89. doi: 10.1590/S0104-12902008000300009.

- Barboza, A. L. A., Chic, E. R. G. A., Martines, E. L. C. D., & Nascimento, T. G.** (2009). Mães de Sonhos: uma proposta de reflexão e intervenção nas relações familiares. *Saúde e Sociedade, 18*(sup.1), 57-62. doi: 10.1590/S0104-12902009000500010.
- Barros, P. C. M., Lima, A. O., Frej, N. Z., & Melo, M. F. V.** (2009). Era uma casa ...!? Discurso, dinâmica familiar e contingências da rua. *Psicologia em Estudo, 14*(3), 447-453. doi: 10.1590/S1413-73722009000300005.
- Beltrame, G. R., & Bottoli, C.** (2010). Retratos do envolvimento paterno na atualidade. *Barbarói, 32*.
- Birman, J. P.** (2009). Perverso e Biopolítica. *Psicologia Clínica, 21*(2), 381-396. doi: 10.1590/S0103-56652009000200009.
- Brito, E. S., & Rabinovich, E. P.** (2008). A família também adocece!: Mudanças secundárias à ocorrência de um acidente vascular encefálico na família. *Comunicação Saúde Educação, 12*(27), 738-794. doi: 10.1590/S1414-32832008000400009.
- Böing, E., Crepaldi, M. A., & Moré, C. L. O. O.** (2008). Pesquisa com famílias: aspectos teóricos-metodológico. *Paidéia, 18*(40), 251-266. doi: 10.1590/S0103-863X2008000200004.
- Borge, P. L. C., Breta, R. P., Azevedo, S. F., & Barbosa, J. M. M.** (2008). Perfil dos idosos frequentadores de grupos de convivência em Belo Horizonte, Minas Gerais. *Cadernos de Saúde Pública, 24*(12), 2798-2808. doi: 10.1590/S0102-311X2008001200008
- Cantelmo, C. A., Matta, K. W., Costa, L. F., & Paiva, K. L.** (2010). Vitimização secundária: o irmão testemunha o abuso sexual da irmã. *Boletim de Psicologia, LX*(132), 015-028.
- Carvalho, C. M. L., & Galvão, M. T. G.** (2008). Enfrentamento da AIDS entre mulheres infectadas em Fortaleza – CE. *Revista da Escola de Enfermagem, 42*(1), 90-97. doi: 10.1590/S0080-62342008000100012.
- Castro, E. H. B.** (2010). A experiência do câncer infantil: repercussões familiares, pessoais e sociais. *Revista Mal-estar e Subjetividade, X*(3), 971-994.
- Cezar-Ferreira, V. A. M.** (2004). *Família, Separação e Mediação: uma visão psicojurídica*. São Paulo: Método.
- Costa, N. R. A., & Ferreira, M. C. R.** (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 20*(3), 425-434. doi: 10.1590/S0102-79722007000300010.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Rufini, B. R., Mendes, J. A. A., & Borba, N. F.** (2007). Família e abuso sexual: silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 59*(2), 245-255.
- Costa, R. P. B., Lima, M. C. P., & Pinheiro, C. V. Q.** (2010). Os impasses da educação na adolescência contemporânea. *Boletim de Psicologia, LX*(132), 097-106.
- Crepaldi, M. A., Andreani, G., Hammes, P. S., Ristof, C. D., & Abreu, S. R.** (2006). A participação do pai nos cuidados da criança: segundo a concepção de mães. *Psicologia em Estudo, 11*(3), 579-587. doi: 10.1590/S1413-73722006000300014
- Cruz, L., & Guareschi, N.** (2004). Sobre a psicologia no contexto da infância: da psicopatologização à inserção política. *Aletheia, 20*, 77-90.
- Dessen, M. A.** (2010). Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. *Psicologia Ciência e Profissão, 30* (nº especial),

- 202-219. doi: 10.1590/S1414-98932010000500010.
- Dias, A. B., & Aquino, E. M. L.** (2006). Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(7), 1447-1458. doi: 10.1590/S0102-311X2006000700009
- Diniz, N. M. F., Santos, M. F. S., & Lopes, R. L. M.** (2007). Representações sociais da família e violência. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 15(6). Retirado de http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n6/pt_19.pdf. doi: 10.1590/S0104-11692007000600020.
- Dufour, V.** (2007). A criança, o bonhomme e a família. *Epistemo-somática*, IV(2), 29-48.
- Falcke, D., & Zordan, E.** (2010). Amor, casamento e sexo: opinião de adultos jovens solteiros. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 143-155.
- Ferrari, I. F.** (2010). Mulheres encarceradas: elas, seus filhos e nossas políticas. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, X(4), 1325-1352.
- Ferro, J. S., & Maluschke, B.** (2007). Revisitando questões sobre lei, transgressão e família em suas interações com a Psicologia, a Psicanálise, o Direito e a interdisciplinaridade possível. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(nº. especial), 89-96. doi: 10.1590/S0102-37722007000500017.
- Finkel, L. A., & Espíndola, V. B. P.** (2008). Cirurgia cardíaca pediátrica: o papel do psicólogo na equipe de saúde. *Psicologia para América Latina*, (13). Retirado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000200004&lng=pt&nrm=iso.
- Folly, D. S. G., & Rodrigues, M. R. F.** (2010). O fazer do psicólogo e a Síndrome de Down: uma revisão de literatura. *Psicologia da Educação*, 30, 9-23.
- Fonseca, C.** (2005). Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, 14(2), 50-59. doi: 10.1590/S0104-12902005000200006.
- Fonseca, A. L. N., Lacerda, M. R., & Maftum, M. A.** (2006). O Cuidado transpessoal de enfermagem no domicílio ao portador de transtorno mental e sua família. *Cogitare Enfermagem*, 11(1), 7-15.
- Futino, R. S., & Martins, S.** (2006). Adoção por homossexuais – uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito. *Aletheia*, (24), 149-159.
- Gabardo, R. M., Junges, J. R., & Selli, L.** (2009). Arranjos familiares e implicações à saúde na visão dos profissionais do Programa Saúde da Família. *Revista de Saúde Pública*, 43(1), 91-7. doi: 10.1590/S0034-89102009000100012.
- Garbin, C. A. S., Garbin, A. J. I., Arcieri, R. M., & Lima, A.** (2007). La percepción de los líderes de la comunidad de la pastoral del niño en la violencia doméstica en las familias asistidas de la zona oeste de Londrina – PR. *Acta Odontológica Venezolana*, 45(2), 1-5.
- Granjeiro, I. A. C. L., & Costa, L. F.** (2008). O estudo psicossocial forense como subsídio para a decisão judicial na situação de abuso sexual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 161-169. doi: 10.1590/S0102-37722008000200005.
- Grubits, S., Freire, H. B. G., & Noriega, J. A. V.** (2009). Influência de aspectos sociais e culturais na educação de crianças indígenas. *Psico-USF*, 14(3), 365-374. doi: 10.1590/S1413-82712009000300012.

- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X.** (2006). Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 379-386. doi: 10.1590/S0102-79722006000300006.
- Hines, P. M.** (1995). O ciclo de vida familiar nas famílias negras pobres. In: Betty Carter & Monica McGoldrick (Cols.). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. (pp. 440-465). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Jorge, M. S. B., Ramirez, A. R. A., Lopes, C. H. A. F., Queiroz, M. V. O., & Bastos, V. B.** (2008). Representações sociais das famílias e dos usuários sobre participação de pessoas com transtorno mental. *Revista da Escola de Enfermagem*, 42(1), 135-142. doi: 10.1590/S0080-62342008000100018.
- Júnior, N. G. S. S., & Andrade, A. N.** (2007). “É melhor pra você!”: normatização social da infância e da família no Brasil. *Revista do Departamento de Psicologia*, 19(2), 423-438. doi: 10.1590/S0104-80232007000200012.
- Mariano, F. N., & Ferreira, M. C. R.** (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 11-19. doi: 10.1590/S0102-7972200800010000.
- Martins, C. S., Silva M. A. I., Zahr, N. R., Arone, K. M. B., & Roque, E. M. S. T.** (2007). A dinâmica familiar na visão de pais e filhos envolvidos na violência doméstica contra crianças e adolescentes. *Revista Latino-americana Enfermagem*, 15(5), 889-894. doi: 10.1590/S0104-11692007000500002.
- Maux, A. A. B., & Dutra, E.** (2010). A adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 356-372.
- Minuchin, P., Colapinto, J., & Minuchin, S. (Cols.)**. (1999). *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Monteiro, C. F. S., Costa, N. S. S., Nascimento, P. S. V., & Aguiar, Y. A.** (2007). A violência intra-familiar contra adolescentes grávidas. *Revista Brasileira Enfermagem*, 60(4), 373-376. doi: 10.1590/S0034-71672007000400002.
- Müller, F. G., Beiras, A., & Cruz, R. M.** (2007). O trabalho do psicólogo na mediação de conflitos familiares: reflexões com base na experiência do serviço de mediação familiar em Santa Catarina. *Aletheia*, (26), 196-209.
- Muniz, J. R., & Eisenstein, E.** (2009). Genograma: informações sobre família na (in)formação médica. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 33(1), 72-79. doi: 10.1590/S0100-55022009000100010.
- Nascimento, C. C., Coelho, M. R. M., Jesus, M. R. P., & Martins, W. V.** (2006). Apego e perda ambígua: apontamentos para uma discussão. *Revista mal-estar e subjetividade*, VI(2), 426-449.
- Nascimento, C. R. R. N., & Trindade, Z. A.** (2010). Criando meninos e meninas: investigação com famílias de um bairro de classe popular. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 187-200.
- Neuber, L. M. B., Valle, T. G. M., & Palamin, M. E. G.** (2008). O adolescente e a deficiência auditiva: as relações familiares retratadas no Teste do desenho em cores da família. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 8(3), 321-338.
- Oliveira, M. H. P.** (2009). A representação de si mesmo em narrativas au-

- tobiográficas de escritores brasileiros. *Memorandum*, 17, 107-121.
- Paiva, F. S., & Ronzani, T. M.** (2009). Estilos parentais e consumo de drogas entre adolescentes: revisão sistemática. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 177-183. doi: 10.1590/S1413-73722009000100021.
- Pegoraro, R. F.** (2009). Papéis atribuídos à família na produção da loucura: algumas reflexões. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 29(2), 253-273.
- Pereira, A. P. A., & Fernandes, K. F.** (2010). A visão que o irmão mais velho de uma criança diagnosticada com síndrome de Down possui da dinâmica da família. *Estudo e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 507-529.
- Perucchi, J., & Beirão, A. M.** (2007). Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia Clínica*, 19(2), 57-69. doi: 10.1590/S0103-56652007000200005.
- Pinto, M. C. N., & Picon, P.** (2009). Adoção: proposta preliminar para uma abordagem psicoterápica cognitivo-comportamental para pais adotantes. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 5(1), 3-17.
- Ponciano, E. L. T., & Carneiro, T. F.** (2003). Modelos de família e intervenção terapêutica. *Interações*, VIII(16), 57-80.
- Pocinho, M. D., Correia, A., Carvalho, R. G., & Silva, C.** (2010). Influência do gênero, da família e dos serviços de psicologia e orientação na tomada de decisão de carreira. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 11(2), 201-212.
- Poster, M.** (1978). *Teoria Crítica da Família*. (1ª Ed.) (Trad. Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Rios, M. G., & Gomes, I. C.** (2009). Casamento contemporâneo: revisão de literatura acerca da opção por não ter filhos. *Estudos de Psicologia*, 26(2), 215-225. doi: 10.1590/S0103-166X2009000200009.
- Rios, M. G., & Gomes, I. C.** (2009). Estigmatização e conjugalidade em casais sem filhos por opção. *Psicologia em Estudo*, 14(2), 311-319. doi: 10.1590/S1413-73722009000200012.
- Rojas, M. C.** (2010). Secretos y verdades en la familia: Su incidencia en las problemáticas de la niñez. *Construcción psicopedagógica*, 18(16), 24-33.
- Santo, A. A. E., Vilela, A. M. J., & Ferreri, M. A.** (2006). A imagem da infância nas teses da Faculdade de medicina do Rio de Janeiro – (1832-1930). *Psicologia em Estudo*, 11(1), 19-28. doi: 10.1590/S1413-73722006000100003.
- Santos, M. A., Brochado, J. U., & Moscheta, M. S.** Grupo de pais de homossexuais. *Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, 3(2), 1-16, 2007. Retirado de <http://www.eerp.usp.br/resmad/artigos.asp>.
- Schneider, A. C. N., & Ramires, V. R. R.** (2007). Vínculo parental e rede de apoio social: relação com a sintomatologia depressiva na adolescência. *Aletheia*, (26), 95-108.
- Severo, A. K. S., Dimenstein, M., Brito, M., Cabral, C., & Alverga, A. R.** (2007). A experiência de familiares no cuidado em saúde mental. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59(2), 143-155.
- Shine, S. K., & Souza, A. S. L.** (2010). Atendendo famílias incapazes de pensar: a perspectiva do psicólogo judiciário. *Boletim de Psicologia*, LX(132), 1-14.
- Silva, P. V. C., & Fleith, D. S.** (2010). Fatores familiares associados ao de-

envolvimento do talento no esporte. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, 3(4), 19-41.

Silva, J. L., Macedo, R. M. S., Dernt, A. M., & Bergami, N. B. B. (2007). Um estudo das relações interpessoais em famílias com farmacodependentes. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 61-70. doi: 10.1590/S1413-73722007000100008.

Szymanski, H. (2001). *A Relação Família/Escola: desafios e perspectivas*. Brasília: Plano Editora.

Valentini, F., & Alchieri, J. C. (2009). Modelo clínico de estilos parentais

de Jeffrey Young: revisão da literatura. *Contextos clínicos*, 2(2), 113-123.

Veras, L., & Moreira, V. (2009). A compreensão do mundo vivido da criança sertaneja com câncer: contribuições do livro "Dudu vai ao hospital". *Revista SBPH*, 12(1), 3-16.

Walsh, F. (2005). *Fortalecendo a resiliência familiar*. (Trad. Magda França Lopes). São Paulo: Rocca.